

APRESENTAÇÃO

CLÍCIA BUHRER MARTINS*

ELISMARA ZAIAS KAILER**

O Dossiê “Avaliação em Larga Escala no contexto da Educação Básica” tem como objetivo apresentar reflexões a respeito das políticas de avaliação em larga escala e seus efeitos no contexto educacional. É composto por dezessete artigos e uma entrevista que retratam diferentes experiências de avaliação em larga escala no país, sejam em âmbito nacional, estadual ou municipal.

Com a criação das políticas de avaliação em larga escala, compreendemos que houve um avanço no sentido da busca pela qualidade na/da educação (uma vez que o discurso das políticas enfatiza a busca pela qualidade e por mudanças), bem como a realização de um diagnóstico da educação. Entretanto, a intencionalidade presente nas políticas e a ênfase, muitas vezes, no controle e no resultado para a responsabilização das instituições escolares, têm gerado debates a respeito da relação entre a qualidade do ensino e as avaliações em larga escala com foco na escola.

Neste contexto, os textos aqui apresentados vão ao encontro desta perspectiva ao retratarem diferentes pesquisas realizadas sobre implantação e implementação de políticas de avaliação em larga escala, implicações dessa avaliação na escola, articulação com as políticas curriculares, usos dos resultados das avaliações na escola, revisões de literatura, entre outros.

A entrevista organizada para esse dossiê intitulada *Entrevista com Sandra Zákia: reflexões sobre as avaliações em larga escala e seus efeitos no contexto educacional*, de Clícia Buhrer Martins e Elismara Zaias Kailer, aborda reflexões sobre a avaliação em larga escala e suas relações com a autoavaliação institucional, o uso dos resultados, o trabalho escolar, as políticas de currículo, as políticas de responsabilização, regulação e *accountability*, a partir do olhar da renomada pesquisadora Sandra Zákia.

O trabalho intitulado *Implicações das avaliações em larga escala nas escolas de educação básica: uma revisão de literatura*, das autoras Cristiane Machado e Aline Gabriele Pereira, analisa as implicações das avaliações em larga escala nas escolas de Educação Básica a partir de um estudo de revisão bibliográfica. As autoras realizaram o levantamento dos artigos no Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. Concluíram que evidências da centralidade da avaliação em larga escala no cotidiano escolar podem ser notadas, por iniciativas pedagógicas de treino dos alunos para as provas, pela intensificação do trabalho docente, pela imposição às escolas de responsabilização dos seus resultados, entre outros.

O artigo intitulado *A produção acadêmica sobre o SIMAVE: mapeamento de teses e dissertações (2000 – 2019)*, de autoria de Paulo Henrique Arcas e Regilson Maciel Borges, trata da primeira fase de uma pesquisa em andamento sobre a avaliação em larga escala no estado de Minas Gerais, que se constituiu no mapeamento e análise preliminar da produção acadêmica sobre o SIMAVE no período compreendido entre 2000 e 2019. O levantamento foi feito em dois repositórios que congregam pesquisas desenvolvidas em todo o país. Uma análise preliminar dos dados permitiu identificar a existência de uma diversidade de focos dos estudos em diferentes áreas do conhecimento, demonstrando que a avaliação permeia e se ramifica desde as salas de aulas até a gestão do sistema.

A produção intitulada *Implicações da política de avaliação na produção da qualidade educacional*, com autoria de Luziane Said Cometti Léllis e Dinair Leal da Hora, discute o conceito de qualidade como produto de uma construção humana, mostrando os diferentes significados operados no contexto

* Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professora da UEPG no Departamento de Pedagogia da UEPG. Integrante do Grupo de Pesquisas em Política Educacional e Avaliação (GEPPEA) da UEPG. Membro da Rede Universitas/Br. E-mail: cliciabuhre martins@gmail.com

** Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Mestre em Educação pela mesma instituição e Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). É professora adjunta do Departamento de Pedagogia da UEPG e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Avaliação (GEPPEA). (<http://www3.uepg.br/geppea/>). Membro da Rede Universitas/Br. E-mail: zaias.elismara@gmail.com

da política educacional e problematiza as implicações da política de avaliação nacional na produção da qualidade educacional, como valor instrumental, quantitativo. O objetivo é compreender as concepções de qualidade assumidas nas proposições dos Planos de Ação Educacional indicados nas produções acadêmicas (mestrado profissional) em interface com as avaliações externas. O estudo é proveniente de revisão bibliográfica e levantamento de trabalhos científicos publicados no Banco de Dados de Teses e Dissertações da Capes.

O texto intitulado *O desafio da construção de um modelo alternativo de avaliação externa em larga escala da aprendizagem: um desafio, simultaneamente, conceitual, técnico e político como ponto de apoio para o sucesso de todos os alunos*, dos autores Michelly Francini Brassaroto do Amaral, Ocimar Munhoz Alavarse e Fernando Augusto Silva, discute sobre a centralidade que as avaliações externas em larga escala da aprendizagem assumiram nas políticas educacionais nas últimas décadas e problematiza a relação com a denominação genérica de avaliação externa. Os autores também apontam limitações em relação ao envolvimento de professores e elementos que poderiam compor um modelo de avaliação externa da aprendizagem associado à formação dos professores em avaliação educacional. Finalizando são apresentados relatos de uma experiência de avaliação da aprendizagem em Moçambique.

O texto *Infraestrutura e desempenho escolar na Prova Brasil: aspectos e conexões*, dos autores Denilson Junior Marques Soares, Talita Emidio Andrade Soares e Wagner dos Santos, analisa a infraestrutura escolar e suas conexões com o desempenho de escolas dos anos finais do ensino fundamental na Prova Brasil. O estudo utiliza como fontes os microdados do Censo Escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de 2017. Os resultados sinalizam para a significativa contribuição de fatores como a presença de laboratório de informática, internet, quadra de esportes, entre outros, para um bom desempenho na Prova Brasil. Também indicam que as condições de infraestrutura são inferiores nas escolas que atendem a estudantes com menor nível socioeconômico, reiterando o reflexo deste no desempenho escolar.

O texto *Avaliação institucional participativa e a busca da qualidade da escola: limites e potencialidades da participação estudantil*, das autoras Maria Simone Ferraz Pereira e Maria Regina Lemes de Sordi, trata da participação dos estudantes no processo de pactuação da qualidade da escola pública favorecidas por políticas democráticas, como é o caso da Avaliação Institucional Participativa, implementada nas escolas de ensino fundamental da Rede Municipal de Educação de Campinas/SP. Os dados da pesquisa indicam que as escolas têm se organizado para garantir o princípio da participação dos estudantes na Comissão Própria de Avaliação, mas evidenciam que ainda há a necessidade de promover uma formação que contribua de fato para que os estudantes se envolvam com a vida da escola.

O artigo *Exame Nacional do Ensino Médio, Política Educacional e Proposta de Formação para o Desenvolvimento de Habilidades e Competências*, dos autores Rubiana Brasilio Santa Bárbara, Maria Terezinha Bellanda Galuch e Vinícius Adriano de Freitas, trata da relação entre o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e os princípios educacionais mobilizados na esfera política, mediante a análise das competências e habilidades exigidas na avaliação fundamentando-se na Teoria Crítica da Sociedade. Os resultados e as discussões da análise indicam que o Enem, como expressão da política educacional brasileira, corrobora uma concepção formativa em que o desenvolvimento de competências e habilidades cumpre a função de formar sujeitos adaptados aos anseios e aos valores da sociedade vigente, cujo desenvolvimento do humano não é prioridade.

O texto *A prescrição do trabalho docente na Matriz de Referência para a redação do Enem*, de Bruna Costa Silva, Gabriela Belo da Silva e Regina Celi Mendes Pereira, analisa o trabalho prescrito, a partir dos documentos oficiais, que visam direcionar a atividade do professor de Língua Portuguesa no contexto do ENEM. As análises dos documentos indicam que, ao funcionar como parâmetro para a avaliação das redações, o documento acaba exercendo influência no direcionamento da metodologia utilizada pelo professor de Língua Portuguesa, que deve promover o desenvolvimento das competências necessárias ao bom desempenho na prova.

O artigo intitulado *Políticas educativas de la nueva gestión pública en Perú: los docentes en la cultura de la performatividad* de autoria de Bethzabé Cotrado, discute sobre construção da cultura da performatividade a partir da configuração das políticas educacionais da Nova Gestão Pública no Peru. Os resultados apontam que a incorporação das medidas políticas da Nova Gestão promoveria

o desenvolvimento de práticas performativas sustentadas na eficácia, competitividade e melhoria dos resultados da aprendizagem.

O texto *Políticas Nacionais de Avaliação para a Alfabetização: O que muda com a Base Nacional Comum Curricular (Bncc)?* das pesquisadoras Graciele Lipsuch e Michelle Fernandes Lima, apresentam uma discussão a respeito das mudanças nas políticas de avaliação após a aprovação da BNCC em 2017. Entre os resultados apontados pelas autoras, foi observado um processo de antecipação da alfabetização e mecanismos de controle para o alcance de melhores índices dessa etapa, que vêm ganhando centralidade nas políticas educacionais atuais.

O artigo *Avaliação Nacional da Alfabetização (Ana) e as repercussões político-pedagógicas na Rede Municipal de Ensino de Curitiba/Pr*, de Raquel Angeli e Maria Iolanda Fontana, analisa as repercussões da ANA em ações político-pedagógicas adotadas pela Secretaria Municipal da Educação de Curitiba, para a superação dos insuficientes níveis de leitura e escrita na sua rede de escolas. Entre os achados da pesquisa, aponta que a mantenedora reconhece como principal política para elevar a aprendizagem da alfabetização a formação continuada baseada nas Diretrizes Curriculares Municipais de Curitiba, justificando que os conteúdos coincidem com os aferidos pela ANA.

O trabalho *Escolas Charter, contratos de gestão e avaliação externa: O Ideb como cláusula contratual*, de Henrique Dias Gomes de Nazareth, apresenta como objetivo analisar uma proposta para educação goiana inspirada nas *charter schools*. A partir de uma pesquisa documental, o artigo aponta que o programa poderia representar um aprofundamento da responsabilização via avaliação externa, com a gestão escolar e o trabalho docente, mais orientados para resultados.

A produção *Avaliações em larga escala e a intrínseca relação com o currículo*, de Sonia Maria de Sousa Fabrício Neiva e Eliana Gonçalves da Silva Fonseca, apresenta uma reflexão sobre as avaliações em larga escala e a relação com o currículo como mecanismo para fortalecer a ação regulatória do Estado, com base nas ideias preconizadas pelo neoliberalismo. Apontam, entre outros aspectos, que as avaliações em larga escala lidam com uma visão estreita de currículo escolar diante do que as escolas se propõem como objetivos para a formação de seus estudantes, existindo uma complexidade na utilização padronizada da aplicação dos testes para aferir objetivos escolares relacionados a aspectos não cognitivos.

O artigo *Avaliações em larga escala: impactos na atuação do professor coordenador pedagógico*, das autoras Maria Aparecida Rodrigues da Rocha e Vera Lúcia Nogueira, discute sobre os resultados de uma pesquisa de mestrado sobre os impactos das avaliações em larga escala na atuação do professor que atua como Coordenador Pedagógico na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. Os dados revelaram que a avaliação deixa de se constituir como um importante instrumento para corrigir os rumos do ensino, adequar procedimentos, redimensionar metas e sensibilizar gestores e professores em relação à qualidade da educação.

A produção *Políticas da educação infantil e o ensino da matemática*, de Simone de Oliveira Andrade Silva e Clarilza Prado de Sousa, apresenta como objetivo identificar a influência do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil na prática docente, apontando a articulação com a avaliação. O estudo evidenciou, entre outros aspectos, a relação significativa entre a frequência à Educação Infantil e o ganho nos resultados das avaliações de desempenho, e que documento do Referencial pouco trouxe de inovação para a prática docente, indicando sua utilização como uma forma de garantir a escrita dos documentos oficiais da escola e não no seu fazer pedagógico.

O texto *As concepções e práticas avaliativas em Matemática de um grupo de professores do 5º ano do Ensino Fundamental e suas relações com a Prova Brasil*, de Ildenice Lima Costa e Cleyton Hércules Gontijo, analisa as concepções e as práticas avaliativas em matemática dos docentes dos Anos Iniciais de uma escola pública no Distrito Federal. O estudo apontou a necessidade de ampliar as concepções dos docentes sobre o uso das avaliações da aprendizagem em matemática, por meio de ações voltadas para a formação continuada, a fim de superar as dimensões curriculares propostas pelos descritores das avaliações em larga escala.

Por fim, o artigo *Políticas Públicas Educacionais implicadas no bom desempenho em Ciências no Pisa: Um estudo comparativo Brasil, Singapura e Finlândia*, de Juliane Buhler e Patrícia Ignácio, discute as Políticas Públicas Educacionais envolvidas no Ensino de Ciências implementadas em Singapura, na

Finlândia e no Brasil, sob o prisma da educação comparada. Entre os vários achados da pesquisa, apontam que Singapura e Finlândia possuem sistemas educacionais descentralizados e currículos flexíveis; fortalecem a interação escola e universidade; priorizam a formação docente e apresentam uma atraente carreira docente. Neste contexto, as políticas desenvolvidas nessas nações servem como um referencial valioso para o (re)pensar das Políticas Públicas Educacionais brasileiras.

Desejamos que a leitura dos textos possam contribuir com o campo da avaliação educacional, bem como proporcionar reflexões e estimular pesquisas sobre a avaliação em larga escala e suas relações com o contexto da Educação Básica. Agradecemos a colaboração de todos que fizeram parte deste processo para a concretização do Dossiê.